



A ESCOLA BILÍNGUE PARA SURDOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Monaliza Cristina Toledo Galucci Basto.¹

Erica Aparecida Garrutti de Lourenço.²

RESUMO

A presente pesquisa, de natureza bibliográfica, aborda a educação bilíngue para alunos surdos, assim como sobre a construção da língua de sinais para crianças de educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental no âmbito de escolas bilíngues, espaço educativo formado por alunos surdos permitindo que todos se comuniquem através da Libras e aprendam o português escrito como segunda língua. A partir dessa perspectiva, pretende-se apresentar o contexto de criação da abordagem bilíngue na educação no Brasil, da aquisição da Libras e das escolas bilíngues para surdos. No presente trabalho, inicialmente, foi realizado um breve histórico da educação de surdos, desde a antiguidade, transcorrendo sobre como o surdo era visto e como se deu o início da educação dos surdos. No Brasil, descreve-se a lei que oficializa e regulamenta a Libras (Língua Brasileira de Sinais) e sobre a educação de surdos e os processos de ensino e aprendizagem nas escolas bilíngues, revelando a importância e os benefícios da educação bilíngue no ambiente escolar, uma vez que destaca o desenvolvimento criança surda a partir de sua língua natural, a Libras. No transcorrer do trabalho, no contexto de criação da abordagem bilíngue na educação de surdos, falou-se dos resultados dos processos educativos quando embasados no oralismo, comunicação total e educação bilíngue. Com relação à aquisição da Libras, língua que favorecerá a construção da linguagem da criança surda, releva-se que ela seja apresentada o mais cedo possível no cotidiano da criança.

Palavras-chave: Educação bilíngue, Surdos, Libras.

INTRODUÇÃO

O presente texto possibilita a partir de uma breve contextualização histórica da educação de surdos, descrever a importância da escola bilíngue para alunos surdos da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. Neste referencial teórico bibliográfico, objetiva-se tecer argumentações centradas em Quadros (1997), Skliar (1999), Lodi (2000), Lopes (2007), Oliveira (2012) e Guerra (2016) entre outros.

¹ Mestranda do Curso de Educação da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, monalizagalucci@gmail.com;

² Professora orientadora: Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo- USP. Docente no Departamento de Educação e no Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, e.lourenco@unifesp.br.



A educação dos surdos passou por muitas mudanças durante os anos. Desde a antiguidade, acreditava-se que as pessoas que nasciam surdas não eram capazes de raciocinar, havendo até prática de seu extermínio.

Na Idade Média, a igreja Católica acreditava que as pessoas surdas ou com deficiência auditiva não tivessem almas imortais, que eram pessoas inferiores e não tinham direito de casar ou de receber herança, visão essa que predominou até o renascimento.

Segundo Lopes (2007, 41), “diferentemente da educação empreendida na Modernidade e da ação disciplinar operante nela, a educação promovida pelos religiosos no Século XIV, voltava-se aos nobres e aos príncipes herdeiros”, que tinham a intenção de dar condições de manter os bens da família.

Na Idade Moderna, os surdos que estudassem eram capazes de herdar bens familiares e, então, aqueles provenientes de famílias nobres começam a receber educação pela primeira vez.

Era necessário que os filhos de nobres aprendessem a falar, ler, escrever, fazer conta, rezar, assistir a missa e confessar-se mediante ao uso da palavra oralizada. A palavra conferia a visibilidade necessária a um nobre, que servia de modelo a outros por sua educação e posição. Os procedimentos de controle do corpo e de ‘cura’ da deficiência por meio das terapias da fala submetiam aqueles que eram surdos ao duro processo de ‘normatização’ de disciplinamento. (LOPES, 2007, p.41).

A partir do francês, Charles Michel de L’Epée, que criou o Instituto Nacional dos Surdos-mudos em 1760, o sistema de comunicação denominado como sinais metódicos passa a ser utilizado em larga escala e os surdos têm ampliada a possibilidade de serem educados e num formato que mais atende suas necessidades, não mais foram forçados a seguir estratégias sustentadas no desenvolvimento da oralidade nessas escolas. Nesta mesma época, o alemão Samuel Heincke, fundou uma escola para surdos, voltado ao método oralista, focado no ensino da língua oral.

Em 1880, acontece um Congresso em Milão e, sendo formado em sua maioria por especialistas e educadores ouvintes, determinou-se o uso da língua oral na comunicação com os surdos e a proibição do uso de sinais. E transcorrendo-se quase um século, pode-se notar uma flexibilização dessa perspectiva ao se ceder espaço para a comunicação total que, apesar de permitir o uso de sinais das línguas de sinais, tinha como objetivo a oralização.

Na década de 1960, estudos linguísticos sobre a Língua Americana de Sinais, impulsionaram um novo modelo de comunicação que passa a influir na educação: o bilinguismo, que se baseia no uso da língua de sinais como aquela que viabilizará acesso aos



conhecimentos de mundo pelos sujeitos surdos e na língua de modalidade oral-auditiva que será aprendida em sua forma escrita prioritariamente.

A primeira caracterização de uma língua de sinais usada entre pessoas surdas se encontra nos escritos do abade De L'Epée. Muito tempo se passou até que o interesse pelo estudo das línguas de sinais de um ponto de vista lingüístico fosse despertado novamente, o que ocorreu nos anos 60 com os estudos de Willian Stokoe (1978). Ao estudar a Língua de Sinais Americana (ASL), Stokoe encontra uma estrutura que, de muitos modos, se assemelha àquela das línguas orais. Argumenta que, assim como da combinação de um número restrito de sons (fonemas) cria-se um número vastíssimo de unidades dotadas de significado (palavras), com a combinação de um número restrito de unidades mínimas na dimensão gestual (queremas) pode-se produzir um grande número de unidades com significados (sinais). Propôs também em sua análise que um sinal pode ser decomposto em três parâmetros básicos: O *lugar* no espaço onde as mãos se movem a *configuração* da(s) mão(s) ao realizar o sinal e o *movimento* da(s) mão(s) ao realizar o sinal, sendo estes então os "traços distintivos" dos sinais. (LACERDA, 1998, p.5)

Considerando que cada país tem a sua língua própria de modalidade oral-auditiva cada país terá também sua língua de sinais. A Língua Brasileira de Sinais, a Libras, é a língua oficial dos surdos no Brasil. Embora existam propostas de línguas universais, cada país faz uso da sua língua própria. A Libras recebeu influência das línguas francesa e americana de sinais. Não sendo uma linguagem e sim uma língua, pois possui gramática própria e parâmetros de configuração de mãos, pontos de articulação, orientação, movimento e expressão facial e corporal.

No Brasil, com a oficialização da língua de sinais pela lei nº 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, a Libras foi reconhecida como meio legal de comunicação das comunidades surdas. A partir de então, estabeleceram-se orientações com relação à educação de surdos, como o direito à educação bilíngue, intérprete de língua de sinais, professores bilíngues, instrutores surdos, Libras como disciplina curricular nos cursos de licenciatura e fonoaudiologia.

Destaca Slomski (2010, p. 22) quanto à educação bilíngue:

A proposta educacional bilíngue busca captar o direito que as pessoas surdas têm de serem ensinadas na língua de sinais. Trata-se essencialmente de uma proposta de educação que parte das capacidades e potencialidades do sujeito surdo (aptidão para adquirir a língua de sinais) e não daquilo que limita seu desenvolvimento.

Assim como a língua oral, a língua de sinais possui uma organização própria, produzindo e processando as informações de forma plena.

No caso dos surdos, sua língua natural é a língua de sinais, a comunicação ocorre de fato em sua primeira língua, a Libras.

Se a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com pessoas que usam essa língua e se a língua oral é adquirida de forma sistematizada, então as pessoas surdas tem o direito de serem ensinadas na



língua de sinais. A proposta bilíngue busca captar esse direito. (QUADROS, 1997, p.6).

A partir dessa perspectiva, pretende-se abordar sobre o contexto de criação da abordagem bilíngue na educação, da aquisição da Libras para surdos e sobre as escolas bilíngues para surdos.

O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DA ABORDAGEM BILÍNGUE NA EDUCAÇÃO

Com os resultados nada satisfatórios do oralismo que supunha aprendizagem da língua oral como base para a aprendizagem escolar, essa abordagem foi cedendo espaço para que se incorporasse a língua de sinais na educação de surdos.

Conforme Sá (1999, p. 80), o oralismo:

Tem, na verdade, o propósito terapêutico de tratar e reduzir os déficits. Em outras palavras, ele assume uma concepção do surdo como um paciente com uma deficiência auditiva, que não ouve, mas pode fazer leitura orofacial, que não tem acesso natural a modelos acústicos para realizar a articulação vocal, mas deve recorrer apenas à fala.

Inicialmente, por volta da década de 1970, dão-se os primeiros passos para romper com tal abordagem, surgindo a “comunicação total”, filosofia que incorpora as formas de comunicação auditivas, manuais e orais de modo articulado com o objetivo de se assegurar uma comunicação efetiva com as pessoas surdas. Os sinais podem ser inseridos nessa comunicação, mas a partir da estrutura gramatical das línguas orais, não plenamente acessadas pelos sujeitos surdos.

Apesar de a comunicação total não utilizar efetivamente as línguas de sinais na educação de surdos, ela avança em relação à abordagem de comunicação anterior, uma vez que não se opunha ao oralismo, mas era fato que seu grande objetivo era a oralização.

Esse período de uso conjunto de elementos da língua brasileira de sinais adicionados à língua portuguesa, referido como português sinalizado, também ficou conhecido como bimodalismo.

Quando se percebeu que essa abordagem não havia melhorado a qualidade de ensino para o surdo, pois tratava os sinais como apoio e ainda tinha foco na aquisição da oralidade, surge uma nova proposta, que deriva de movimentos da própria comunidade surda, o bilinguismo, vindo ao encontro do que revelavam estudos linguísticos sobre a língua Americana de Sinais (ASL), estudos esses desenvolvidos por Stokoe na década de 1960. Dão-



se, desse modo, importantes passos que impulsionaram a criação de perspectivas educacionais sustentadas no bilinguismo.

De acordo com Lacerda (1998, p. 6):

A língua de sinais é considerada a mais adaptada à pessoa surda, por contar com a integridade do canal visogestual. Porque as interações podem fluir, a criança surda é exposta, então, o mais cedo possível, à língua de sinais, aprendendo a sinalizar tão rapidamente quanto as crianças ouvintes aprendem a falar. Ao sinalizar, a criança desenvolve sua capacidade e sua competência linguística, numa língua que lhe servirá depois para aprender a língua falada do grupo majoritário, como segunda língua, tornando-se bilíngue, numa modalidade de bilinguismo sucessivo.

Sendo assim, o modelo bilíngue baseia-se na língua de sinais como forma de comunicação e de internalização de conhecimentos para os surdos.

No bilinguismo, o surdo aprende duas línguas denominadas L1 e L2, a primeira língua (L1) é a de sinais sempre, a língua natural dos surdos, e a segunda língua, (L2), a língua escrita do seu país, no caso do Brasil, a Língua Portuguesa.

De acordo com Lacerda, a educação bilíngue permite o:

[...] desenvolvimento rico e pleno de linguagem, possibilitando ao surdo desenvolvimento integral. A proposta bilíngue defende, ainda, que também seja ensinada ao surdo a língua da comunidade ouvinte na qual está inserido, em sua modalidade oral e/ou escrita, sendo que esta será ensinada com base nos conhecimentos adquiridos por meio da língua de sinais. (LACERDA, 1996, p.53 - 54).

Também se posicionando em relação ao bilinguismo, Lodi (2010, p. 3-4) destaca que:

Da mesma forma, que é dado o direito às crianças ouvintes de terem o seu pleno desenvolvimento de linguagem (oral) antes de iniciar a aprendizagem da língua escrita, deve ser garantido às crianças surdas o direito de ter seu pleno desenvolvimento da linguagem (Libras) antes de iniciar a aprendizagem da língua portuguesa em sua modalidade escrita, pois com base na primeira língua (L1) podem aprender a linguagem escrita da língua portuguesa, que passa a ser concebida como segunda língua para o sujeito surdo (L2).

Esse modelo de educação bilíngue respeita e valoriza a diferença do surdo na aprendizagem, levando em consideração o modo de o surdo pensar e se expressar. O professor surdo é de extrema importância, pois seria um modelo para as crianças.

A AQUISIÇÃO DA LIBRAS NA EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS

A educação bilíngue é a perspectiva destacada em tempos atuais, ainda que se notem defensores de modelos de educação sustentados no oralismo e na comunicação total.

Sendo assim, nas áreas de linguagem e desenvolvimento, favorecer trocas na língua de sinais no contexto das crianças surdas ainda enquanto bebês é uma condição essencial. Dessa



maneira, expor a criança surda somente à língua oral, sendo ela não natural, significa privá-la da aquisição de uma língua que permite seu desenvolvimento pleno.

A criança nasce imersa em relações sociais que se dão na linguagem. O modo e as possibilidades dessa imersão são cruciais na surdez, considerando-se que é restrito ou impossível, conforme o caso, o acesso a formas de linguagem que dependam de recursos da audição. Sobretudo nas situações de surdez congênita ou precoce em que há problemas de acesso à linguagem falada, a oportunidade de incorporação de uma língua de sinais mostra-se necessária para que sejam configuradas condições mais propícias à expansão das relações interpessoais, que constituem o funcionamento nas esferas cognitiva e afetiva e fundam a construção da subjetividade. Portanto, os problemas tradicionais apontados como característicos da pessoa surda são produzidos por condições sociais. Não há limitações cognitivas ou afetivas inerentes à surdez, tudo dependendo das possibilidades oferecidas pelo grupo social para seu desenvolvimento, em especial para a consolidação da linguagem. (GÓES, 1996, p. 38)

Pressupondo o papel da linguagem no desenvolvimento dos sujeitos, como um sistema simbólico central para sua organização cognitiva, é emergencial que a criança seja apresentada a Libras já nos seus primeiros anos, o que lhe permitirá seu acesso ao conhecimento de mundo.

Segundo Lippe, o que se tem visto são surdos em escolas regulares inclusivas, com a necessidade da presença do intérprete de língua de sinais e materiais visuais.

No entanto, em uma escola bilíngue, a concepção é diferente, pois a escola toda se comunica em Libras, os alunos e professores são proficientes nesta língua que se torna a língua de comunicação e expressão. Aos ouvintes é permitida a matrícula nesta escola, desde que conheçam a Libras. (LIPPE, 2017, p.106).

Na abordagem de educação bilíngue, considera-se ainda o quanto conhecimento da língua de sinais é primordial para a construção da identidade da criança surda e do quanto é importante sua convivência com a comunidade surda, tendo surdos adultos como modelos de referencia.

Essa necessidade destaca-se no cenário predominante de que a maioria das crianças surdas integra lares com familiares que não utilizam a Libras nas trocas cotidianas. Sendo assim, a escola assume papel central para que essas crianças possam aprender a língua de sinais e conviver com adultos surdos que lhe apresentarão cotidianamente artefatos da cultura surda.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC), com as normativas da década de 2000 no Brasil (BRASIL, 2002; 2005), abre espaço para que se assuma a abordagem bilíngue na educação dos surdos, buscando dar condições às crianças surdas para que desenvolvam a Libras e, posteriormente, na modalidade escrita na língua portuguesa. A proposta é que os



alunos sejam atendidos desde a mais tenra idade, tendo a oportunidade de acessar todas as atividades curriculares pela Libras.

Segundo Skliar (1999, p.18), “O modelo excludente da educação especial está sendo substituído por outro, em nome da inclusão que não respeita a identidade surda, sua cultura, sua comunidade”. Nesse modelo, não existindo o respeito à identidade e cultura surda, podemos dizer que a inclusão não ocorre de fato. A inclusão para surdos precisa promover o acesso ao currículo e, para o ensino da língua portuguesa escrita, o professor deve conhecer a língua de sinais e usá-la em todas as situações escolares.

Segundo Guerra (2016), o grande desafio para as escolas é oferecer condições para que as crianças surdas aprendam primeiramente a língua de sinais.

A língua de sinais é considerada a única língua natural do surdo, visto que é a única que pode ser compreendida de maneira espontânea. Para desenvolver a oralidade, uma criança surda passa cerca de dez anos em terapia fonoaudiológica e mesmo assim não há como garantir que ela irá desenvolver-se. (GUERRA, 2016, p.67).

Portanto, através da língua de sinais a criança desenvolverá seu ponto de vista e esse será o canal para as trocas cotidianas e internalização de conhecimentos, valores, costumes e crenças.

ESCOLAS OU CLASSES BILÍNGUES PARA SURDOS

A educação bilíngue, pode ser entendida de diversas maneiras, como uma escola só de surdos em que todos se comunicam através da Libras e aprenderão o português escrito ou escolas regulares com salas bilíngues que têm a Libras como língua da mediação direta do professor com seus alunos, sendo formadas apenas por alunos surdos. Outro cenário é o alunos surdos encontram-se em salas regulares estudando com alunos ouvintes e tendo intérpretes para mediar a comunicação e a interpretação dos conteúdos na língua de sinais.

Em uma escola bilíngue em que há surdos com ouvintes estudando juntos (ou não), até a primeira etapa do ensino fundamental, é necessário que a Libras seja a língua da mediação pedagógica e das trocas interlocutivas entre os pares coetâneos. Nestas classes, há professores que ensinam os conteúdos do currículo em Libras, tendo em vista o objetivo de se organizar uma educação efetivamente bilíngue.

Destacamos ainda a importância de que a língua de sinais faça parte do currículo de toda a escola e que aconteça a interação e comunicação entre os estudantes surdos e ouvintes.

Na proposta de educação bilíngue, os professores devem pensar em estratégias visuais para que os alunos tenham melhor compreensão dos conteúdos dados em sala de aula.



Para além da questão da língua, portanto, o bilinguismo na educação de surdos representa questões políticas, sociais e culturais. Nesse sentido, a educação de surdos, em uma perspectiva bilíngue, deve ter um currículo organizado em uma perspectiva visoespacial para garantir o acesso a todos os conteúdos escolares na própria língua do surdo, a língua de sinais brasileira. É a proposição da inversão, assim está-se reconhecendo a diferença. A língua passa a ser, então, o instrumento que traduz todas as relações e intenções do processo que se concretiza através das interações sociais. Os discursos em uma determinada língua serão organizados e, também, determinados pela língua utilizada, como a língua de instrução. Ao expressar um pensamento em língua de sinais, o discurso utiliza uma dimensão visual que não é captada por uma língua oral- auditiva, e, da mesma forma, o oposto é verdadeiro. (QUADROS, 2015, p. 197).

Na educação infantil para crianças surdas, o ensino bilíngue se torna essencial, pois através do meio escolar que se iniciará a aquisição da língua que, provavelmente se estenderá para a família. Nessa fase as crianças, dentro de um contexto bilíngue, convivem com as experiências visuais, tendo a rotina da turma e ambientes sinalizados nas duas línguas. No ensino fundamental para crianças surdas, o uso da tecnologia contribui para que as aulas sejam visuais com vídeos e imagens, o ensino se tornará mais rico e contribuirá positivamente para o aprendizado.

Em à relação escola e família, Quadros afirma que:

As realidades psicossocial, cultural e linguística devem ser consideradas pelos profissionais ao se propor o bilinguismo. A escola (professores, administradores e funcionários) deve estar preparada para adequar-se à realidade assumida e apresentar coerência diante do aluno e da sua família. A família deve conhecer detalhadamente a proposta para engajar-se adequadamente. Os profissionais que assumem função de passarem as informações necessárias aos pais devem estar preparados para explicar que existe uma comunicação visual (a língua de sinais) que é adequada à criança surda, que essa língua permite à criança ter um desenvolvimento da linguagem análogo ao de crianças que ouvem que essa criança pode ver, sentir, tocar e descobrir o mundo a sua volta sem problemas, que existem comunidades de surdos; enfim, devem estar preparados para explicar aos pais que eles não estão diante de uma tragédia, mas diante de uma outra forma de comunicar que envolve uma cultura e um língua visual-espacial. Deve-se garantir à família a oportunidade de aprender sobre a comunidade surda e a língua de sinais. (QUADROS, 1997, p.7).

Torna-se primordial, levar em conta que ensinar a criança surda a ler e escrever, ela não aprenderá da mesma maneira que a ouvinte. A situação dela é semelhante a de um estrangeiro que fala outra língua, vindo para o Brasil para ser alfabetizado por outra língua que não conhece, ou que conhece pouco. Tendo acesso a língua de sinais, isso se tornará mais fácil, pois caso contrário sua aprendizagem será muito mais difícil.

Sendo assim, pode-se considerar que a educação de surdos, em escolas ou classes bilíngues, no início da escolarização, quando a criança está adquirindo e desenvolvendo a Libras, na educação infantil e fundamental I, beneficia seu aprendizado, sendo central para os alunos surdos e esse direito lhe é assegurado.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que a escola ou classe bilíngue traz benefícios importantes na inclusão social e aprendizagem do surdo, pois assim oferece igualdade de condições e aprendizado efetivo.

Pode-se com o foco nas escolas bilíngues, ressaltar o uso da Libras para o surdo como sua primeira língua (L1) e a língua portuguesa escrita como (L2), havendo escolas bilíngues em que todos saibam Libras ou classes bilíngues em escolas polos, é um ganho, pois o aluno pode pensar, discutir, refletir e criticar em sua própria língua, a Libras.

Esses espaços bilíngues possibilitam um aprendizado enriquecedor e tem significado em sua língua própria. Nelas, há um empoderamento da pessoa surda, sendo que ela é a protagonista da sua aprendizagem na sua língua natural.

O aluno surdo em sua maioria chega à escola ainda em processo de construção da sua língua e o professor bilíngue deverá utilizar estratégias que propiciem a visualidade e que tenha sentido para o aluno surdo.

Da mesma maneira que o ouvinte tem direito a educação de qualidade, busca-se que o surdo possa aprender em sua língua. Assim, é primordial que o surdo possa ter acesso à educação bilíngue garantida por lei.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei 10436 de 24 de abril de 2002. Brasília, DF, 2002.**
- GÓES, Maria Cecília R. **Linguagem, surdez e educação.** Campinas: Autores Associados, 1996.
- GUERRA, Gleidis Roberta. **Deficiência Auditiva.** Valinhos, 2016.
- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Os processos dialógicos entre aluno surdo e educador ouvinte: examinando a construção de conhecimentos.** 1996. Tese (Doutorado em Educação)– Faculdade de Educação, Campinas: Unicamp, 1996.
- _____. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos.** Cad. CEDES v.19 n.46 Campinas, 1998.
- LIPPE, Eliza. **Letramento na Educação Bilíngue para surdos.** Valinhos, 2017.
- LODI, Ana Claudia Balieiro. Educação Bilíngue para Surdos. In: Cristina B. F. de Lacerda; Helenice Nakamura; Maria Cecilia Lima. (Org.). **Fonoaudiologia: Surdez e Abordagem Bilíngue.** 1ªed. São Paulo: Plexus, 2000.
- LOPES, Maura Corcini. **Surdez & educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- OLIVEIRA, Liliâne Assumpção. **Fundamentos Históricos, Biológicos e Legais da Surdez.** Curitiba: IESDE, 2012.
- QUADROS, Ronice Müller. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artemed, 1997.



_____. O “bi” em Bilinguismo na educação de surdos. In: LODI, A. C. B.; MELO, A.D. B.; FERNANDES, E. **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. Porto Alegre: Mediação, 2015. P. 187-200.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Educação de surdos: a caminho do bilingüismo**. Niterói: Eduff, 1999.

SLOMSKI, Vilma Geni. **Educação Bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas** (1a. ed.) Curitiba: Editora Juruá, 2010.

SKILAR, Carlos. **A localização política da educação Bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.